

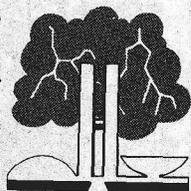
# Usina da família deve US\$ 4 milhões à CEF

Protásio Nêne/AE—26/3/92

*Sindicância da Caixa recomenda confisco de bens de Fiúza para cobrir prejuízo*

MARA BERGAMASCHI

**B**RASÍLIA — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), acusado de participar do esquema de corrupção das verbas públicas, corre o risco de ter parte de seus bens confiscados pela Caixa Econômica Federal (CEF). Sindicância da Superintendência da CEF em Alagoas recomenda a adoção da medida para que o banco possa cobrir prejuízo de US\$ 4 milhões relativo ao não pagamento de uma dívida contraída em maio de 1991 pela família Fiúza.



Alvaro Mendonça autorizou empréstimo subsidiado no governo Collor

quele mesmo ano. O contrato com a CEF é assinado pelo marido do deputado, Ilce Chaves Fiúza, então presidente da Jaçanã, pelo próprio deputado, como cônjuge, e por Ricardo Fiúza Filho, como fiador.

A família obteve o empréstimo apesar de ter emitido, contra a própria CEF, pelo menos um cheque sem fundo no valor de US\$ 88 mil três meses antes. O cadastro dos tomadores do empréstimo foi aprovado porque a CEF autorizou o "acolhimento sem disponibilidade" do cheque da Companhia Agro-Industrial Jaçanã, dona da usina Jaçanã. Em dezembro de 91, além de modificar o nome da empresa, a família Fiúza transferiu seu controle acionário para os Coimbra Pinto, que tam-

bém não honraram o contrato, apesar de tê-lo renegociado com o aval dos antigos proprietários.

De acordo com os auditores da CEF, a transferência da dívida deve

ser anulada sob alegação de que foram usados "artifícios para livrar os tomadores originais da responsabilidade da operação". A sindicância afirma ainda que o atual proprietário da usina, Arnóbio Coimbra, tem ligações de parentesco com Ilce Chaves Fiúza. Desde dezembro do ano passado, a CEF tenta executar a dívida

**D**ÍVIDA FOI  
COBRADA PELA  
INSTITUIÇÃO  
16 VEZES  
EM DOIS  
ANOS SEM  
SUCESSO

renegociada, avalizada pelo deputado. Ontem, durante seu depoimento à CPI, Fiúza admitiu ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) não ter pago a dívida por "falta de condições financeiras".

No documento, mantido sob sigilo pela presidência da CEF, os auditores sugerem também a abertura de ação na Justiça contra Alvaro Mendonça por crime de colarinho branco. De acordo com os técnicos da CEF, um crédito de valor tão alto — Cr\$ 465 milhões, equivalentes a US\$ 1,5 milhão na época — não poderia ser liberado por decisão exclusiva do presidente, mas da diretoria da CEF reunida em colegiado. O empréstimo foi concedido em maio de 1991 à Usina Jaçanã, cujo nome mudou para Usina Bititinga em dezembro da-